A (não)cidadania em um serviço de assistência social

The (no) citizenship from a service social assistance

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n2p369>

Tayná Portilho do Prado, Bruna Moraes Miranda e Eliane Regina Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, Brasil

Este artigo objetiva discutir sobre a condição de (não) cidadania, investigando como o Estado lida com a exclusão e a marginalização dos não cidadãos através das políticas públicas. O trabalho foi desenvolvido a partir da experiência de estágio em Clínica Ampliada na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), com participação ativa na rotina do serviço acompanhada de supervisões e grupos de estudos. Como resultado, deparamo-nos com desafios e possibilidades de trabalho nesse espaço, sendo isso fortemente evidenciado no grupo realizado com moradoras de um assentamento que compunha o território, do qual relatamos uma cena que será problematizada neste artigo. Por meio disso, concluímos que os não cidadãos vivenciam diversas formas de violências que marcam suas vidas e produzem sofrimento e o serviço acaba (re)produzindo a ausência de cuidados e de ações efetivas para transformar o discurso da marginalidade socialmente atribuída à pobreza, e seus respectivos efeitos psicossociais.

Palavras chave: cidadania; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Psicologia; Grupo.

This article aims to discuss the condition of (non) citizenship, investigating how the state deals with exclusion and marginalization of non-citizens through public policies. The work was developed from the stage experience in the Enlarged Clinic Psychology Clinic of the Federal University of Uberlândia in a Social Assistance Reference Center (CRAS), with active participation in routine accompanied service supervision and study groups. As a result, we face challenges and possibilities of working in this space, being so strongly evidenced in the group conducted with residents of a settlement that made up the territory, which reported a scene which will be problematized in this article. Through this, we conclude that non-citizens experience various forms of violence that mark their lives and produce suffering and the service just (re) producing lack of care and effective actions to transform the discourse of marginality socially attributed to poverty and their respective psychosocial effects.

Keywords: citizenship; Social Assistance Reference Center (CRAS); Psychology; Group.

Introdução

A cidadania é comumente vista a partir da perspectiva jurídica, isto é, relacionada com leis e direitos. Porém, essa é apenas uma possibilidade de olhar para esse conceito que foi construído e modificado ao longo da história humana, trazendo atualmente um caráter caleidoscópico em que Estado e território compõem uma parcela importante nessa discussão, já que, segundo Oliveira (1999), é nos espaços da cidade, delimitados politicamente, que a cidadania apresenta sua dimensão concreta e cotidiana.

De acordo com o autor, Atenas foi a primeira *polis* grega a expressar completamente a ideia de cidadão e o contorno geográfico à noção de cidadania esteve presente desde o seu surgimento, em que as prerrogativas trazidas pela

cidadania se efetivavam em um determinado território, de modo que ao estar em outra comunidade, o título e a condição política dele advindo não vigorava neste novo espaço. Vale ressaltar que nascer ou habitar em determinada cidade não era garantia de cidadania, uma vez que ela se fazia seletiva e restritiva, excluindo crianças, mulheres, escravos e metecos.

Na concepção grega, a cidadania conferia às pessoas uma totalidade humana, sendo que ser humano era, antes de tudo, um ser político, ficando o não cidadão impossibilitado de alcançar essa totalidade. Diferentemente disso, a concepção que se tem hoje de cidadania é atravessada pela constituição histórica da humanidade, resultando teoricamente em um conceito que garante, a qualquer indivíduo, uma soma de direitos desde o seu nascimento (OLIVERIA, 1999).

Assim, a cidadania na contemporaneidade se distancia da concepção grega e passa a ser estendida a todos, ganhando caráter universal. Entretanto, na prática é possível observar que essa universalidade não se dá em plenamente, ao contrário, há uma escala de mais ou menos cidadão - e até mesmo de não cidadão - implícita nas relações a partir do país, da cidade, do bairro onde as pessoas estão, bem como de outros fatores relacionados a classes ou grupos sociais (OLIVEIRA, 1999).

Santos (1996) aponta para a dimensão concreta da cidadania, de modo que, mesmo surgindo de definições abstratas e amplas, ela deve ser reclamada. Assim, a transformação da liberdade teórica em direito se dá com base no tipo de Estado e do regime, bem como o tipo da sociedade civil em movimento, permitindo avanços em alguns casos e retrocessos em outros.

Com base nisso, Santos (2001) afirma que a atuação do Estado em uma sociedade dita democrática ocorre de maneiras distintas de acordo com a população a qual essa ação se direciona, podendo ser a sociedade civil íntima, a qual se encontra bem próxima ao Estado e está “hiper-incluída”; a sociedade civil que está pouco incluída e não possui acesso a todos os direitos e, por fim, a sociedade civil que está totalmente à margem e excluída. Essa é a sociedade que abriga os não cidadãos e que permanece invisível às outras sociedades e ao Estado.

Percebe-se que nessas três grandes sociedades civis cada uma delas estabelece uma relação distinta com o Estado, variando de uma maior inclusão e acesso aos direitos até a uma total exclusão e ausência de acesso aos direitos teoricamente garantidos por ele.

Ao pensar sobre a exclusão, Sawaia (2003) chama atenção para o poder e a desigualdade social que a embasam. Assim, práticas políticas, sociais e econômicas são compostas em um mosaico de variáveis dominantes que

mantém e legitimam uma determinada ordem, de modo que a desigualdade resultante precisa ser administrada. Isso ocorre em um processo dialético em que os excluídos precisam se sentir incluídos de alguma maneira, configurando, portanto, uma inclusão perversa voltada para efeitos superficiais e não para questões mais profundas sobre a exclusão.

Dessa forma, embora possa haver variações nas expressões de cidadania, o sofrimento ético-afetivo resultante da exclusão gera adoecimento, uma “vivência depressiva que condensa os sentimentos de indignidade, inutilidade e desqualificação” (SAWAIA, 2006, p. 159) como é relatado pela autora com o nome “tempo de morrer”.

Sawaia (2009), ao afirmar que a Psicologia tem sido, cada vez mais, chamada a participar de debates nas áreas de saúde e assistência social em torno da construção de políticas públicas de superação da desigualdade social, reflete sobre a relação entre subjetividade e desigualdade buscando rupturas na dualidade singular/social.

Assim, segundo a autora, a desigualdade é uma ameaça constante à existência, em que a experiência, a mobilidade e a vontade são cerceadas e várias formas de humilhação são impostas. Isso resulta em intenso sofrimento que bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado.

Nesse sentido, é preciso pensar o que seria uma cidadania garantida. Sawaia (2003) ressalta a concepção ontológica na qual a conservação da vida exige para além da garantia das necessidades fundamentais tratadas como clássicas (alimentação, abrigo e reprodução), a expansão das possibilidades da vida, base do processo de humanização. Desse modo, ao restringir a manutenção da vida ao recorte biológico da “máquina corpórea” em funcionamento desconsidera-se toda a potência de ação do corpo/mente e a própria potência de liberdade e felicidade.

Portanto, diante dessa questão, é preciso considerar tanto as dimensões sociais e materiais quanto a dimensão ético-afetiva que coexistem, se transvertem e transformam, de modo que aspectos políticos necessitam, também, de ações voltadas para superação do desamparo, heteronomia e a instrumentalização do homem (SAWAIA, 2006).

Galeano (2016) soma-se a essas reflexões trazendo uma visão sensível sobre a exclusão e seus processos no texto intitulado “os ninguéns”:

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os

ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata
(GALEANO, 2016, p.71).

A cidadania é, portanto, algo amplo e complexo e que não está relacionada somente ao que está assegurado nas leis, mas, também, diz respeito à emancipação e ao protagonismo dos sujeitos, que, pela ação conjunta, lutam por formas de existência mais justas e correspondentes aos direitos por eles almejados.

Com base nisso, o presente artigo parte do olhar de dentro de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de uma cidade mineira para a vida cotidiana e para as relações nela construídas em situações de extrema pobreza. A partir deste olhar e das reflexões decorrentes, buscamos compreender como os processos atrelados à cidadania circulam na nossa sociedade, evidenciando-se nos modos de vida e na constituição dos sujeitos.

Da mesma maneira, procuramos problematizar esse conceito a partir da dialética inclusão/exclusão a que as pessoas estão submetidas, explicitando o modo como a exclusão da cidadania repercute de forma significativa nos sujeitos e na formação da sociedade, sendo relevante a forma como o Estado lida com esse par dialético através das políticas públicas.

Um olhar para o serviço

Fome, pobreza, desigualdade e outras tantas mazelas compõem o cenário social do nosso país. Esse retrato tem se evidenciado nos últimos anos, produzindo movimentos em torno da discussão de cidadania e, principalmente,

da não cidadania, refletindo em políticas públicas que buscam amparar as pessoas que são diretamente afetadas por esses movimentos.

Atualmente, dentro da política de assistência social brasileira, os dispositivos governamentais responsáveis por identificar e acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade social são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nos quais estivemos enquanto estagiárias do curso de Psicologia.

Esses serviços servem como porta de entrada para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo caracterizado por ações de proteção social básica. Essas ações são desenvolvidas com as famílias no território de abrangência do serviço e visam “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (BRASIL, 2009, p. 9).

Sem desconsiderar os avanços e as conquistas da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que passou a garantir o acesso à assistência social para as parcelas em situações de vulnerabilidades sociais e, ainda, passando a compreender esse acesso como um direito do cidadão e não mais como uma caridade (CARLSON; PINHEIRO, 2013), vale problematizar a forma com que esse direito e essa cidadania tem sido garantidos. Para isso lançaremos mão da nossa experiência enquanto estagiárias nesse espaço, de modo a problematizar em que medida a noção de cidadania tem sido vivenciada pelos usuários/as deste serviço.

No início do estágio, encontramos um serviço onde predominava a realização de cadastros no CadÚnico e em vários benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF). Esse programa foi criado em 2003 pelo governo e buscou condensar quatro programas que existiam de maneira independente, dentre eles, o Bolsa Escola.

Por meio da transferência de renda a famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, o PBF procura propiciar condições mais dignas de existência, valendo-se de algumas condicionalidades: a inserção de crianças e adolescentes na escola, com obrigatoriedade de uma frequência escolar de 85% e a inserção e acompanhamentos nos serviços de saúde de grávidas e, por fim, nos serviços destinados às crianças de zero a seis anos (BRASIL, 2006 apud MONNERAT et al. 2007).

É justamente o emprego dessas condicionalidades aos beneficiários do programa que tem sido alvo de polêmicas e dividido opiniões em relação ao PBF (MONNERAT et al. 2007). Segundo os autores se, por um lado, essas

condicionalidades podem ser uma forma de se ampliar o acesso aos serviços de educação e saúde a uma camada historicamente excluída da população, é inegável que o emprego de condicionalidades ao direito social pode implicar também em uma restrição e um cerceamento da cidadania, ferindo, assim, os seus princípios.

No CRAS onde realizamos nosso estágio, o acompanhamento social parecia ser embasado em um mecanismo de controle que, ao invés de oportunizar e facilitar o acesso aos serviços de educação e saúde, ampliando a cidadania como preconizado pelos idealizadores do PBF, se limitava a cobrar o cumprimento das condicionalidades.

Como exemplo disso, destacam-se as reuniões de descumprimento destinadas às famílias que descumpriram alguma condicionalidade do Programa. Essas reuniões tinham um caráter meramente informativo, versando sobre as punições decorrentes dos descumprimentos e os encaminhamentos para resolução do problema, não se constituindo como um espaço de reflexão sobre a operacionalização dessas condicionalidades e a viabilidade do cumprimento das mesmas.

Partimos de uma perspectiva de grupo como espaço de “prática discursiva”, ou seja, espaço onde vozes dialogam, debatem-se, concordam, expressam valores de uma dada época, silenciam a voz do outro ou a si próprios e, nessa prática se constituem como sujeitos. Assim:

O sujeito, então, se constitui discursivamente ao apreender vozes sociais que conformam a realidade em que se insere e, ao mesmo tempo, suas inter-relações. O sujeito é integralmente social e integralmente singular: cada indivíduo tem uma história particular de constituição de seu mundo interior e interage de modo único com o mundo. (CORRÊA; RIBEIRO, 2012, p. 336).

Nos grupos realizados em decorrência dos descumprimentos das condicionalidades do Bolsa Família, eram comuns as cenas em que as famílias expunham suas dificuldades de cumprir as condicionalidades - como quando tinham que levar a criança em um serviço de pronto-atendimento e não conseguiam pegar atestado médico - e isso não era acolhido, sendo que os profissionais chegavam a desconfiar das falas das famílias, reforçando a errônea associação entre pobreza e falta de caráter.

Claramente, o espaço chamado grupo de descumprimento, não era espaço de grupo, pois não abria à reflexão. Ao refletirmos, o naturalizado passa a ser questionado e fissuras vão sendo produzidas, desse modo, as desconfianças abrem espaços para novas verdades e para novos sujeitos.

Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) destacam a visão de aceitação incondicional que se espera dos chamados “beneficiados” ao pensar no fortalecimento do Terceiro Setor, enquanto lógica de propagação da bondade humana, dentro da engrenagem que promete superar, mas acaba por manter e reproduzir a pobreza. Dessa forma, qualquer recusa é entendida como ingratidão e retorna àquele que “negou ajuda” como culpabilização de sua situação, assim, os autores afirmam que “o fantasma do inválido, do desprovido, do vagabundo, do preguiçoso segue entre nós e alimenta discursos disciplinadores e forças repressivas” (p. 544).

Se essa visão circula dentro do serviço provocando um distanciamento em relação aos motivos que fazem com que as condicionalidades não sejam cumpridas e o serviço que cobra tais condicionalidades, como é possível superá-las? Albuquerque (2007) destaca que “muitas das vezes, não se criam bases para as famílias cumprirem o que é exigido para a sua permanência no programa” (p. 91) e pensar na assistência social enquanto ação isolada dos demais equipamentos e serviços reforça a dificuldade de oferecer as bases levantadas pela autora, convidando-nos a refletir a questão social de forma mais ampla e integrada.

Assim, defendíamos uma atuação em grupo onde se partia da escuta das pessoas, destacando o que levou ao descumprimento para, a partir disso, refletir e construir, junto com os envolvidos, formas de superar essas questões.

Outra questão que também serve para problematizar a forma com que a cidadania tem sido garantida pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é a quantia transferida as populações beneficiárias do Bolsa Família. Apesar da tentativa de garantir condições dignas para essas populações, o que ainda se verifica é que o benefício advindo do PBF mal consegue atender as suas necessidades básicas de sobrevivência (ALBUQUERQUE, 2007).

Isso evidencia que a cidadania ainda não está totalmente assegurada e que o mínimo obtido na transferência de renda não é o mínimo necessário para uma vida digna. Há, então, que se pensar sobre o que esse benefício tem assegurado e deixado de assegurar.

Outro serviço oferecido no CRAS era a oferta de cursos profissionalizantes para as famílias de baixa renda por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Esses cursos, oferecidos para capacitar a população e prepará-la para o mercado de trabalho, não possuíam espaços para se pensar sobre as dificuldades de inserção nesse mercado e sobre a não garantia de conseguir um emprego. Mantinha-se um discurso que valorizava a qualificação, mas, tal qual apontam Macedo e Dimenstein (2009), desconsiderava a realidade em que essas pessoas estavam inseridas, as

dificuldades que elas poderiam encontrar na busca por emprego, além de não construir com elas outras possibilidades para a geração de renda.

Nesse sentido, o discurso da necessidade de profissionais qualificados para o mercado oculta todas as dificuldades concretas encontradas em uma sociedade capitalista para situar unicamente no indivíduo o seu fracasso.

Promover e participar de discussões em que essas questões circulem, rompendo com uma visão individualizada diante dos sofrimentos decorrentes da inclusão/exclusão, pode promover rupturas, como aponta Sawaia (2006) limitando e impedindo a cristalização do sofrimento psicossocial. Assim, os grupos com a comunidade atendida e/ou dentro da área de abrangência do CRAS se evidenciaram enquanto local potente de diálogos e de reflexão e que merecia investimento para promover rupturas dentro do próprio modelo do serviço que estava sendo desenvolvido.

As visitas domiciliares, acolhimentos e atendimentos psicológicos também faziam parte da rotina do serviço, sendo que as visitas se voltavam apenas para distribuição de benefícios e para a entrega de notificações a famílias em descumprimentos às condicionalidades do Programa Bolsa Família. Além disso, eram realizados acolhimentos e atendimentos psicossociais, sendo que esses aconteciam na própria unidade e quase nunca ganhavam as ruas da comunidade, além de ocorrerem, majoritariamente, a partir de demandas espontâneas.

Vale ressaltar que as tentativas de aproximar o serviço às pessoas da área de abrangência eram feitas por meio de um convite para se reunirem no CRAS para formar grupos informativos e socioeducativos, sobre temas definidos pela própria equipe e, geralmente, relacionados à obtenção ou suspensão de algum benefício social e sustentados em uma metodologia de palestras.

Assim, a voz da comunidade não ecoava no serviço, fazendo com que ele se aproximasse dos modelos de assistência que comumente orientam, assistem e, geralmente, vigiam as populações pobres.

Todas essas questões resultavam em uma visão, enquanto estagiárias, de um serviço que se equilibrava entre a demanda crescente e a dificuldade de romper com visões preconceituosas e distantes da necessidade da população, refletindo, assim, em um cotidiano atarefado em que a discussão e a reflexão crítica perdiam espaço para manutenção de práticas cristalizadas e de pouca eficácia.

Entretanto, vale destacar que o início do estágio se deu em conjunto com a troca dos representantes do governo municipal e, diante disso, o CRAS passou a receber maior investimento, tanto em estrutura física (computadores, *internet*, material de consumo para oficinas) quanto supervisões e contato com

outros CRAS e demais serviços. Portanto, antes desses investimentos, esses profissionais lidavam, também, com dificuldades práticas no cotidiano que contribuíam para a cristalização do serviço. Outro ponto relevante que pesava sobre a rotina era o tamanho da área de abrangência e da equipe.

Além das dificuldades materiais, Senra (2009) destaca o processo de precarização do serviço público, a ausência de investimento em recursos pessoais, a ausência histórica de formação continuada dos profissionais e uma indefinição de proposta de trabalho para as ações desenvolvidas compondo o quadro de atuação dos profissionais de Assistência Social no setor público, sendo comum esses profissionais se sentirem desvalorizados tanto pela gestão quanto pela própria população.

Apesar desse quadro, foi possível construir um olhar voltado para a necessidade e a potência do estranhamento diante de posições enrijecidas, buscando entender o contexto sócio-histórico que perpassa as relações estabelecidas nos espaços de oferta desse serviço, bem como daquelas estabelecidas socialmente de forma geral.

Vale destacar que tão importante quanto o estranhamento, a ação e a reação nesses espaços são fundamentais para produção de movimentos outros. Assim, trilhamos um novo caminho, iniciando uma busca ativa, para conhecer os sujeitos da área de abrangência e enxergar as demandas que estavam presentes ali, para, então, refletirmos sobre o que e como oferecer, além de buscar um fortalecimento de vínculo entre os sujeitos, a comunidade e o serviço.

A partir disso, deparamo-nos com um enorme território ocupado por um assentamento nas proximidades do CRAS, abrigando cerca de oito mil famílias. Apesar de seu tamanho, o assentamento era socialmente invisível, não recebendo cuidados dos diversos equipamentos sociais, como unidade básica de saúde e o próprio CRAS.

Problematizamos com a equipe do serviço sobre a necessidade de atuar junto àquela população, ofertando um cuidado que transitaria entre a assistência social e a atenção psicológica e, como resposta, ouvimos de uma das psicólogas do serviço que “*o assentamento sempre esteve ali e que agora ele é visto porque está na moda*”.

Falas como esta e outras dificuldades que apresentaremos a seguir encontradas no decorrer do estágio em relação às atividades desenvolvidas remetem diretamente a um processo, apontado por Senra (2009), de paralisação do olhar crítico e dos questionamentos necessários para a criação de novas práticas ocasionados pela distância e hierarquia entre quem “*pensa*” as ações e quem as “*executa*”, resultando em um apagamento do profissional que realiza e repete tarefas.

Dessa forma, diante dos atravessamentos provocados acerca das possíveis visões em relação ao assentamento e às pessoas que viviam ali, nos aproximamos desse espaço construindo reflexões a partir de falas que circulavam no encontro entre serviço, estagiárias e comunidade.

O grupo de mulheres no assentamento do território de abrangência do CRAS

Nesse contexto, iniciamos um grupo de mulheres no assentamento. Os encontros aconteciam semanalmente, com duração de cerca de duas horas, em um espaço coletivo do próprio assentamento, antes utilizado apenas para reuniões informativas acerca da situação política da ocupação.

A participação nos grupos era livre, não havendo obrigatoriedade de presença ou qualquer cobrança com faltas. As mulheres levavam seus filhos e uma atividade lúdica com as crianças era desenvolvida ali separadamente, permitindo a elas e a nós maior liberdade para relatar e refletir sobre suas vivências.

No primeiro grupo com mulheres realizado no assentamento, a psicóloga do CRAS nos apresentou dizendo que estávamos ali para fazermos uma “*brincadeira*” com elas e, muitas vezes, divulgaram que a participação nos grupos estava relacionada com o ganho de cestas básicas. Todas essas informações tiveram que ser desconstruídas ao longo dos encontros, reforçando que aquele era um espaço de fala e de escuta, de compartilhar experiências e reflexão das situações cotidianas que são permeadas por questões sociais e pessoais.

O transporte para a região do assentamento foi colocado pela equipe do serviço como essencial para o nosso trabalho, de modo que não poderíamos ir até o local caminhando apesar da proximidade e, juntamente com isso, o acesso ao transporte foi dificultado por várias vezes.

Mesmo com o andamento avançado dos encontros, fomos questionadas pela equipe em quase todas as semanas se voltariamos na região de assentamento, dando continuidade às atividades. Esses fatos recorrentes nos fizeram perceber que poderia ser comum para aquele serviço prometer um espaço de cuidado e não cumprir, não indo mais no lugar onde o grupo foi ofertado, sem pensar no desconforto gerado nos envolvidos e, ainda mais, sem problematizar o compromisso ético-político nessa situação.

Os encontros não possuíam um tema definido *a priori*, mas eram construídos no próprio encontro e partiam sempre das participantes do grupo, assim, iniciávamos sempre com um recurso estético - imagem,

música, poesia – e conversávamos a partir do atravessamento gerado por ele nas mulheres.

Com essa abertura, as participantes podiam falar sobre as situações e as vivências que mais lhe afetavam, ao invés de se restringirem a abordar uma temática pronta e definida, que, por ser imposta, dificilmente poderia acessar suas demandas singulares. Partindo, então, das demandas trazidas por elas, as conversas recebiam o contorno daquelas mulheres inseridas naquela situação concreta de vida.

Em um dos encontros levamos diversas imagens e dentre elas havia uma foto da sala de uma casa tirada de um site de decoração com grandes sofás brancos, uma parede espelhada, cristais e coqueiros compondo o ambiente. A partir dessa imagem, escolhida por uma moradora, iniciou-se o relato de como elas viviam a ocupação e o assentamento naquele espaço, aproximando afetivamente suas moradias simples com o valor daquela sala luxuosa mostrada na imagem.

Naquela ocasião, elas compartilharam o esforço e a luta por uma moradia, aproximando umas das outras, enxergando-se como iguais e valorizando a garra de enfrentar as dificuldades impostas nessa situação.

Tal qual o “tempo de morrer” expressado metaforicamente pelas mulheres faveladas com as quais Sawaia (2006) trabalhou, as mulheres assentadas realizavam nesse espaço uma transformação do tempo na voz passiva, em que não detinham nenhum poder sobre si ou sobre os acontecimentos para um “tempo de viver”, em que há um convite para a vida, ainda que sofrida. Sobre esse tempo, a autora afirma que as emoções são despertadas e, ainda que a angústia exista, é possível a luta contra ela, indo em direção a outras angústias.

Em outro encontro levamos argila para manusear enquanto a conversa fluía e, com isso, elas falaram das lembranças da infância, das quitandas feitas pelos parentes, das brincadeiras e das amizades antigas, traçando uma linha entre passado e presente, onde reconstruíram narrativas sobre si mesmas. Pensaram também na relação com a infância dos filhos e com as próprias crianças, refletindo e criando novos modos de se relacionar com eles.

Essa proposta, mesmo sem a intenção de ensinar alguma técnica ou direcionar a produção para um objeto específico, possibilitou, a partir do manuseio da argila, a criação de forma livre e estimulou a memória, articulando passado e presente, e sensibilizando emoções escondidas, assim como apontado por Sawaia (2006).

Dentre as conversas que tivemos no decorrer dos encontros, destacam-se discussões sobre as condições de vida no assentamento, a percepção que outras

peças possuíam daquelas que estavam morando ali, os relacionamentos afetivos, a infância, a visão da mulher na sociedade, o ser mãe, a relação entre mãe e filho(a), situações de preconceito/ injustiça e o uso de drogas.

A partir das falas trazidas pelas participantes, procurávamos fazer intervenções que visavam levar à reflexão, procurando ampliar o que estava sendo discutido. O grupo em muitos momentos se autogeria, no sentido de que as próprias participantes também realizavam algumas perguntas que traziam um novo olhar sobre a vida e sobre o mundo, o que possibilitava pensar em outros modos de existência possíveis.

A problematização das falas ampliava o que era trazido pelas participantes e a conversa caminhava por assuntos diversos em um mesmo dia, tornando a experiência do encontro única e potencializadora. Nesse sentido, nos grupos procurávamos construir um movimento (in)tenso dos sujeitos em relação a lugares sociais historicamente produzidos e a eles designados, a partir das problematizações das situações vivenciadas cotidianamente.

Mesmo tratando de diversos temas ao longo dos encontros, foi possível perceber que a violência que acompanha a condição de não-cidadania sempre permeava as falas e as relações expressas no cotidiano daquelas mulheres.

Diante disso, retrataremos a seguir uma cena retirada de um dos encontros do grupo que elucida uma violência vivida por parte dos não cidadãos, através da marginalidade socialmente atribuída à pobreza e a forma com que a mesma é enxergada pela sociedade. Apesar de parecer sutil, essa violência determina a vida dessas pessoas, sendo produtora de sofrimento.

Roupas pelo chão

Em um determinado dia, chegamos ao assentamento e ainda não havia nenhuma das participantes na plenária - nome do local onde aconteciam os encontros do grupo - havia apenas muitas roupas e sapatos jogados pelo chão. Roupas de crianças, peças masculinas, saias, blusas, vestidos, sapatos sem pares, sapatos com pares, em tamanhos diversos e em várias cores, tudo espalhado pelo espaço, em uma composição que não se preocupava com os limites da plenária ou com o lixo próximo dali.

Enquanto esperávamos pelas mulheres que participavam do grupo, pudemos observar a situação da maioria das roupas e sapatos que ali se encontravam. No assentamento não havia asfalto e as ruas eram coloridas pelo vermelho da terra que se soltava do chão batido com o tempo seco característico da época do ano, as vestimentas e calçados se misturavam com a poeira e, por isso, estavam muito sujos e em péssimas condições.

Além disso, por estarem no chão, os cachorros que passavam por ali deitavam em cima.

Moradores que passavam por ali olhavam a cena e se incomodavam com o que viam, alguns juntavam as peças em um canto, outros colocavam no lixo, outros apenas comentavam o que viam com os acompanhantes.

Após um tempo esperando pelas participantes, elas chegaram e começamos a conversar sobre as roupas e sapatos espalhados. Uma delas disse que as coisas que ali se encontravam eram doações e que quando a associação de moradores recebia uma doação, os responsáveis pelo assentamento separavam as melhores peças para eles mesmos e jogavam o que sobrava na plenária para o restante dos assentados, sem avisar a comunidade, mostrando que, apesar de estarem na situação coletiva de assentamento, algumas pessoas não se reconheciam nela enquanto iguais aos demais. Diante disso, as roupas no chão ficavam sujas e serviam de cama para os cachorros dali.

Medeiros (2009) se refere à ocupação do território como construção de um território alternativo, em que se propõe outra forma organização do espaço geográfico, o surgimento de novas relações, (re)construindo a identidade e a territorialidade. A autora aponta que o compartilhamento do espaço/processo não ocorre em decorrência da identificação das pessoas umas com as outras, mas por pertencerem a um movimento com a identidade comum de ausência e busca pela terra. Isso fica claro no assentamento, quando o território se define pela busca pela terra, mas não as identifica enquanto sujeitos.

Dessa forma, mesmo em espaços que se autodenominam democráticos é possível observar os processos de exclusão/inclusão, uma vez que a desigualdade social entendida enquanto cerceadora da experiência, em que se impõem diferentes formas de humilhação (SAWAIA, 2009) ocorre não só em um nível macro, mas também dentro de grupos menores e que se auto organizam.

As mulheres falaram sobre o incômodo em pegar as roupas nessas condições e disseram que essa era uma angústia compartilhada por vários outros moradores, uma vez que as roupas doadas e colocadas nessa situação permaneciam espalhadas na poeira por dias sem ninguém pegar, até que alguém as juntasse e ateasse fogo, percebendo que não havia mais condições de serem usadas.

Elas problematizaram a visão que os doadores das roupas teriam se vissem o ato de queimar as doações, julgando-as sem entender o processo humilhante no qual aquelas peças são repassadas para a comunidade, corroborando com a visão de Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), em que a cena seria entendida como uma recusa a ajuda e reforçaria estigmas negativos acerca

das pessoas que vivem em situação de pobreza e , especificamente nesse caso, de pessoas assentadas, reforçando discursos disciplinadores e forças repressivas.

Também se perguntaram se as roupas e sapatos não poderiam ter sido colocados em outro local para que os cachorros não deitassem ou para que não se misturassem com a poeira e disseram que, apesar de ser um incômodo para muitos moradores, essa questão ainda não havia sido discutida nas reuniões que ocorriam no assentamento, pois elas sentiam que somente o círculo de pessoas que eram mais próximos dos responsáveis pelo assentamento eram escutados. Assim, caladas continuavam sofrendo e se sentindo desrespeitadas, há “um auto-abandono aos próprios recursos internos, e a consciência de que nada se pode fazer para melhorar seu estado. É a cristalização da angústia” (SAWAIA, 2006, p. 159).

A indignação se fez presente nas falas que relataram a situação vivida e, ao compartilhar que não se sentiam bem em pegar aquelas roupas, as mulheres destacaram o sentimento de humilhação de pegar algo que está dentro de um balde de lixo ou que até os cachorros deitaram em cima.

Entretanto, uma das participantes buscou novos sentidos para a situação concreta e contou que, em um momento anterior, resolveu pegar algumas roupas para comercializar em outra cidade após lavá-las e realizar alguns reparos, transformando a humilhação em trabalho. No entanto, enquanto escolhia as roupas para levar para casa, outras mulheres que estavam na associação de moradores, próxima a plenária, ficaram cochichando e rindo dela. Sobre o que cochichavam e riam?

O sentimento de humilhação sobressai e a violência, antes aparentemente sutil, ganha formas cada vez mais nítidas e sofridas. Para enfrentar essa humilhação um caminho difícil foi percorrido por uma das moradoras ao tentar utilizar as roupas como geração de renda. Porém, o fato de conseguir dar outro sentido para essa experiência não eliminou o sofrimento e humilhação envolvidos em todo esse processo.

Sufrimento esse que não era notado nem mesmo pelas próprias lideranças do local, as quais, ao invés de enxergar os moradores do assentamento como iguais e se perceberem como um coletivo, colocavam-se em uma posição diferente, superior àquela ocupada pelos “simples” moradores.

À condição de morador se sobrepunha outra, a de líder, o que revela uma forte relação de poder no interior do assentamento. Martins (2003) retoma a ideia de poder para Martín-Baró, afirmando que não se trata de um objeto ou coisa, mas uma relação e, como tal, está presente em todos os aspectos da vida humana. Assim, a autora retoma suas características essenciais, a saber: se dá

nas relações sociais; se baseia na posse de recursos; e produz um efeito na mesma relação social.

Essas características são sentidas pelas participantes do grupo, as quais, no mesmo dia da cena relatada, disseram não possuir voz nas reuniões que eram realizadas no assentamento pelas lideranças do local, de modo que, enquanto relação social, possui caráter de oposição e conflito, bem como evidencia um desequilíbrio em relação à posse de recursos e produz como efeito a submissão e silenciamento de uns e autoridade e domínio de outros.

Assim, por não possuir voz, o desconforto com o local onde as doações eram jogadas foi deixando de ser exposto e a reunião que teoricamente teria a função de servir como um espaço coletivo de discussão sobre as questões que envolviam o assentamento mostrou-se, na verdade, como um lugar monopolizado por poucas pessoas.

Diante da necessidade dos excluídos de se sentir incluídos (SAWAIA, 2003), novas formas de viver são propostas e organizadas, entretanto, se as causas da exclusão não forem tratadas com profundidade nesse processo, (re) produz-se novas formas de opressão e de sofrimento ético-político, em que aqueles que tem pouco oprimem os que tem menos ainda.

Nesse sentido, todos compartilhavam de uma situação de pobreza, entretanto iam se evidenciando rupturas nessa teia, de modo que a hierarquização e as relações de poder dentro do assentamento colocavam as lideranças em uma condição superior a dos moradores, condição essa que também envolvia uma cidadania superior. Com isso, somente os interesses de um pequeno grupo eram contemplados nas reuniões, fazendo com que a grande parte da população moradora do assentamento não encontrasse um espaço em que pudessem falar sobre suas demandas e necessidades.

As lideranças do assentamento eram mais cidadãs que o restante da população e por isso tinham privilégios em relação aos outros moradores: podiam escolher primeiramente as roupas recebidas das doações e jogar no chão da plenária aquelas que não lhes serviam; eram os únicos a ter voz nas reuniões do assentamento e, conseqüentemente, a ter seus interesses contemplados, dentre outras prerrogativas.

Nos grupos que realizamos no assentamento procuramos oferecer esse espaço de fala para as moradoras do local. Um espaço em que elas pudessem falar sobre as questões que tivessem vontade, independente da sua colocação na “escala de cidadania”.

No entanto, apesar dos encontros do grupo terem se mostrado potentes espaços de reflexão e construção de novos olhares para si e para o mundo, percebemos que ele teve uma ressonância restrita por não haver tido

também uma articulação com as lideranças do assentamento. Percebemos, posteriormente, que a construção desse espaço de discussão com as lideranças para conversar sobre algumas questões vivenciadas no assentamento era também fundamental, visto que muitas delas dependiam desse grupo restrito para serem repensadas e modificadas.

Considerações finais

Durante a realização do estágio em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), serviço que se destina a acompanhar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, observamos uma fragilidade nas propostas de cuidados e ações efetivas junto às pessoas moradoras de um grande assentamento.

Esse assentamento se encontrava próximo ao CRAS e, apesar de espacialmente próximo, ele era mantido distante pelos profissionais do serviço, afastando-se, também, da situação de sofrimento e privação vivenciados pelos moradores, seja em decorrência das dificuldades próprias do serviço (recursos materiais e humanos), quanto da cristalização do olhar em relação ao serviço ofertado.

Diante do interesse em realizar um grupo com as mulheres da comunidade, percebemos que o assentamento e as ideias que eram construídas em relação às pessoas que ali vivam constituíam um desafio para o serviço, em que era preciso problematizar e transpor julgamentos e críticas ao fato das pessoas terem ocupado terras de outros para serem capazes de enxergar as péssimas condições de vida, as dificuldades enfrentadas e o sofrimento daquela população.

Parte da equipe mantinha postura de questionamentos e indagações em relação a nossa atuação junto à população do assentamento e, em muitos momentos, ela não era vista nem mesmo como necessária. Entretanto, mesmo diante dessas falas, foi possível promover rupturas e desenvolver atividades nesse espaço, bem como aproximar a população do assentamento ao serviço, tornando-se mais comum a frequência de moradores do assentamento na rotina do serviço. Isso se desdobrou em mais visitas domiciliares no próprio assentamento e maior sensibilidade por parte de alguns profissionais ao sofrimento de seus moradores.

Ainda assim, permaneciam ações e posicionamentos que indicavam o tensionamento na construção de um novo olhar para o serviço ofertado, como a ausência de um espaço em que as pessoas atendidas tivessem voz, a colocação das casas do assentamento como último lugar a ser visitado em

uma lista de visitas domiciliares, a indignação de alguns profissionais com a solicitação de cestas básicas por dois meses seguidos de uma mesma família.

Em relação a este último ponto, eram recorrentes falas que alegavam que a população poderia estar, na verdade, ficando acostumada com os benefícios e querendo passar a viver deles, sem trabalhar, desconsiderando fatores sociais intimamente relacionados com a permanência nessa condição.

Assim como o CRAS demonstrou dificuldades em priorizar a comunidade em suas ações, o próprio assentamento (re)produzia uma estrutura de distanciamento em relação à coletividade, priorizando um pequeno grupo, sendo evidente em ambos os processos de exclusão/inclusão.

Desse modo, no grupo realizado com as moradoras do assentamento pudemos perceber que as próprias lideranças do local se colocavam em uma posição superior ao restante da comunidade, mantendo relações de poder capazes de silenciar as humilhações vivenciadas, como quando as participantes do grupo falam sobre seu desconforto com relação às roupas doadas serem jogadas no chão e, ao mesmo tempo, dizem não poder falar sobre isso nas reuniões do assentamento, uma vez que não eram ouvidas.

A realização do grupo no assentamento procurou, então, ofertar um espaço onde as moradoras pudessem ter voz e falar sobre as questões que lhes afetavam. Percebemos que esse espaço foi importante para essas mulheres, que passaram a refletir sobre suas vivências e a ter outro olhar para o mundo e para si mesmas.

Referências

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, v. 3, n. 24, p. 536-546, 2012.

ALBUQUERQUE, V. M.. **Programa Bolsa Família: análise crítica no contexto dos Programas de Garantia de Renda Mínima**. 2007. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. Brasília, DF, 2009. 72p.

CARLSON, A. C. R.; PINHEIRO, L. de S. Prática intersetoriais: novos desafios postos aos psicólogos na atual política de assistência social. In: CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (Org.). **Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013. p. 103-117.

CORRÊA, G. T.; RIBEIRO, V. M. B. Dialogando com Bakhtin: algumas contribuições para a compreensão das interações verbais no campo da saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 41, p. 331-342, jun. 2012.

DO PRADO, T. P.; MIRANDA, B. M.; PEREIRA, E.R. A (não)cidadania em um serviço de...

GALEANO, E. **Livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2016. 272 p. (Coleção L&PM; POCKET).

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 293-300, dez. 2009. Recuperado de <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a02v21n3.pdf>>

MARTINS, S. T. F. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 201-217, jan. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822003000100011>. Recuperado de <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n1/v15n1a11.pdf>>

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-228. (Geografia em Movimento).

MONNERAT, G. L. et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1453-1462, dez. 2007. Recuperado de <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a06.pdf>>

OLIVEIRA, M. P.. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. **Geographia**, v. 1, n. 1, p. 93-120, 1999.

SANTOS, B. S. A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória. In: Seminário: Estudos territoriais de desigualdades sociais, **Anais...**, 2001. São Paulo. **Acervo online DPI/INPE**. Recuperado de <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Boaventura.pdf>>

SANTOS, M.. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel. 1996. 176 p.

SAWAIA, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Ed.), **Muitos lugares para aprender**. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/ Unicef, 2003, p. 53 -64.

SAWAIA, B. B. Dimensão éticoafetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 2006. p. 157-168.

SAWAIA, B. B.. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822009000300010>.

SENRA, C. M. G. **Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento**. 253 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009. Recuperado de <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/412>>

Submetido em: 28/10/2016

Revisado em: 29/11/2016

Tayná Portilho do Prado é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2013), e mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia na linha de pesquisa Processos Psicossociais em Saúde e Educação (2016).
E-mail: taportilho@gmail.com

Bruna Moraes Miranda é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2014).

Eliane Regina Pereira é psicóloga formada pela Universidade do Vale do Itajaí (1995), com mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007, 2011). É professora da Universidade Federal de Uberlândia e atua como docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia.
E-mail: eliane@ufu.br